

PLP 17: DS/ES PARTICIPA DE REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS AUDITORES-FISCAIS NA ALES



Foto: Cíntia Schaeffer

CARTA DE VITÓRIA

“Ante o exposto, em que pesem as justificativas dos parlamentares autores do PLP 17/2022, no sentido de amparar os “pagadores de impostos”, dotando-os de maiores proteções contra o complexo ordenamento jurídico-tributário vigente, observa-se que o resultado efetivo que se vislumbra mostra-se diametralmente oposto, pois o PLP, no afã de proteger o bom pagador, acaba por facilitar o cometimento de crimes tributários por parte de maus pagadores, reduzindo, consequentemente, o volume arrecadado pelo Estado, causando prejuízos aos bons contribuintes que, no médio prazo, serão chamados a compensar a falta de recursos, mediante o aumento da carga tributária. Afinal, quando uns não pagam, aqueles que pagam, mais pagarão, em um ciclo vicioso e perverso (...)”

Contribuição do pres. da DS/ES, José Henrique Mauri

Por cerca de três horas, o Plenário Dirceu Cardoso da Assembleia Legislativa do Espírito Santo deu voz a mais uma luta dos Auditores-Fiscais. Dessa vez, a pauta foi o impacto do PLP 17/2022, denominado Código de Defesa do Contribuinte, nas atividades desenvolvidas pelo Fisco e suas consequências para a sociedade. A reunião da frente parlamentar, proposta pela deputada Janete de Sá (PSB-ES), foi realizada na última sexta (1/7), com mediação do presidente do Sindifiscal/ES, Geraldo Pinheiro.

O Sindifisco Nacional marcou presença com a participação virtual do presidente, Isac Falcão, e do delegado regional, José Henrique Mauri, de forma presencial. Também participaram a diretora de Assuntos Parlamentares da DS/ES, Sther Coser, e o diretor de Comunicação, Luciano Castro. O autor do projeto, deputado federal capixaba Felipe Rigoni (União/ES), enviou mensagem por celular, pouco antes do evento, justificando o seu não comparecimento devido a compromissos assumidos.



Isac Falcão (pres. Sindifisco Nacional) participou ativamente do debate até o final, de forma online

Todos os demais convidados que representam o Fisco nacional, estadual e municipal compareceram e se posicionaram contra o chamado Código do Contribuinte, em razão dos efeitos nocivos à administração e à sociedade. São eles: Francelino das Chagas Valença Junior (Fenafisco); Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Anfip); Cássio Vieira Pereira dos Santos (Anafisco); Valdir Matias de Souza (Fenafim); Rodrigo Spada (Febrafite); Paulo Sérgio Ramos Nicolao (Anfip/ES); e Marco Antonio Alves do Espírito Santo (Afites).

A deputada Janete de Sá, presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Auditores-Fiscais, criticou duramente a postura do deputado Rigoni por ter declinado de sua participação em cima da hora. “Convidamos o parlamentar, eleito pelo povo do Espírito Santo, para que pudesse nos oferecer esclarecimentos e explicar as razões pelas quais apresentou esse projeto. E, também, o porquê desse pedido de urgência de uma matéria tão cara e complicada, que requer um debate aprofundado porque mexe com a Receita e a fiscalização no País”, lamenta.

Após avaliar o seu teor, a deputada Janete concluiu que, de fato, o PLP 17/2022 visa defender o sonegador e desmontar a fiscalização tributária do país. “Tivemos que nos desdobrar para conseguirmos um espaço de discussão produtiva e esclarecedora, já que a qualquer momento o projeto pode ser votado”, ressaltou.



Código de Defesa do Contribuinte foi debatido pela primeira vez no ES



José Mauri (DS/ES) contribuiu com parte do teor da carta de vitória destinada ao autor do PL

O presidente do Sindifisco Nacional, Auditor-Fiscal Isac Falcão, falou sobre a injustiça fiscal já existente e o quanto as grandes corporações sonegadas poderão ser beneficiadas caso o projeto seja votado. “Esse projeto contém dispositivos que dificultam e, às vezes, inviabilizam a cobrança desses que são os que mais devem”, disse ele, citando alguns elementos de gravidade excepcional, a exemplo da vedação à fazenda pública de editar atos normativos que interfiram na vida dos contribuintes. “Tirar o papel regulatório da Receita provocaria um caos administrativo semelhante ao que se daria caso se tirasse o poder normativo da CVM, do Banco Central, da Anvisa ou de tantos órgãos que emitem normas para organizar a vida em sociedade”, explica.

Outra situação evidente disposta no PL, segundo ele, é a questão da fazenda pública não poder requisitar força policial em uma operação. “Se não for assim, aquelas empresas estabelecidas em áreas violentas jamais serão fiscalizadas. Um Auditor-Fiscal não vai se deslocar até uma área violenta se não puder cuidar da segurança física dele. Então, não podemos ter um dispositivo que faça blindagem daquelas empresas em locais domi-

nados por grupos criminosos, e essas empresas não devem ficar protegidas da incidência tributária”, ressalta Isac Falcão.

Após o debate, o presidente da Delegacia Sindical Espírito Santo do Sindifisco, Auditor-Fiscal José Henrique Mauri, assinou, junto com os representantes, uma carta de vitória que será entregue para o autor do PLP 17/2022, deputado Felipe Rigoni. “No contexto geral, o evento foi um sucesso de público e, acima de tudo, promoveu a integração dos fiscos federal, estadual e municipal, todos presentes no mesmo fórum, e todos focados na proteção do Estado. A iniciativa pode ser o início de uma união permanente. As falas, proveitosas e objetivas, levaram à conclusão unânime quanto à falta de fundamentos do PL 17”, disse ele.

O próximo desafio, de acordo com Mauri, é estudar o substitutivo que acaba de ser publicado. “O material, muito diferente, é praticamente um novo PL. Vamos verificar até que ponto ele contempla as deficiências do projeto original”, adianta.